

2011

Janeiro

05 | ERC dá a conhecer estudo sobre a publicidade do Estado nos *media*, centrado nos anos 2008 e 2009. Entre as principais conclusões estão as de que este tipo de investimento representa 10% do total da fatia publicitária e os primeiros em que investe são a TVI, o Correio da Manhã e, na rádio, a TSF (em 2009).

06 | Em declarações à Agência Lusa, Azeredo Lopes anuncia a primeira reunião semanal do Conselho Regulador da ERC “aberta ao exterior”, a decorrer esta semana nos Açores.

12 | Director de Informação da RTP, José Alberto Carvalho, é ouvido na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura onde critica os relatórios da ERC sobre o pluralismo político-partidário, cujas quotas definidas em 2007 caracteriza de “absurdo estatístico, jornalístico e de regulação” que colide com o Código Deontológico do Jornalista. À saída da audição, pedida pelos sociais-democratas para explicar a sub-representação do PSD nos canais públicos de informação com base nos critérios do regulador, o director declara que a RTP é “escrutinada como nenhuma outra empresa de informação em Portugal” e acrescenta que “vale a pena olhar para o centro e norte da Europa, onde não há nenhuma avaliação quantitativa das notícias políticas”.

12 | Em reacção às palavras de José Alberto Carvalho sobre os relatórios da ERC para avaliação do pluralismo político-partidário na televisão pública, Azeredo Lopes diz que o mesmo recorreu a “frases feitas e clichés” e considera uma “legítima interpretação política”. Além disso, refere ainda que a ERC enviou mais do que uma “versão preliminar” do relatório de 2009 “para a RTP se pronunciar” e julga “extraordinário que, não o tendo feito, venha agora proferir frases tão sábias e tão categóricas, nomeadamente sobre a função de regulação”.

14 | Apresentação de requerimento pela deputada do BE, Catarina Martins, na Assembleia da República, no qual pede esclarecimentos à ERC sobre o *site* da Câmara Municipal do Porto, invocando o parecer emitido pelo regulador em Novembro de 2007 que instava a câmara a utilizar o portal com o “equilíbrio exigível aos órgãos da administração”. Em causa estão textos publicados na secção “notícias” e, em particular um texto que pensa ser um ataque pessoal contra um jornalista do *Público* (editor da secção Local Porto), entendendo o partido que é uma “pressão inaceitável de um órgão de soberania sobre um jornalista e, por isso mesmo, um ataque à liberdade de imprensa”.

16 | Em entrevista à Agência Lusa, Azeredo Lopes reage às declarações de José Alberto Carvalho sobre os critérios da ERC para avaliação do pluralismo político-partidário na televisão e diz que têm o “efeito perverso” de “reforçar” a posição dos que defendem que não é preciso um serviço público de televisão. A propósito do mandato, prestes a terminar, diz que “haveria muito mais infracções” nos *media* sem a supervisão da ERC e defende que a regulação “protege a liberdade de imprensa”.

19 | Director de Programas da RTP1, José Fragoso, ouvido no Parlamento, defende que é a oferta diversificada que a estação pública é capaz de disponibilizar o que a enriquece e diferencia dos operadores privados SIC e TVI. Esta audição na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura decorre no âmbito da obrigatoriedade de audição anual a que os responsáveis do serviço público estão sujeitos.

21 | ERC aprova deliberação na qual “reprova a conduta” da revista Sábado e insta-a a “observar, no futuro, os princípios éticos e legais que regem a actividade jornalística”, a propósito de uma peça de Novembro de 2009 sobre a distribuição de publicidade dita institucional intitulada “Como calar inimigos”. Para o Conselho Regulador, a peça que indica favorecimento do executivo relativamente ao “Diário de Notícias” e “Jornal de Notícias” tem “imprecisões e omissões significativas quanto aos dados e aos conceitos em que se baseia”.

24 | O Presidente e o Vice-Presidente da ERC proferem palestra, em Luanda, sobre “Liberdade de imprensa e regulação”, uma iniciativa do Ministério da Comunicação Social angolano, que pretende conhecer experiências internacionais para criar um mecanismo de regulação no país.

26 | ERC autoriza a venda da Rádio Europa Lisboa à Dream Rádios, empresa de Emídio Rangel, e a alteração do formato da estação de musical para informativa, devendo o novo projecto avançar em Abril. O regulador havia entendido que os dois pedidos deviam ser feitos em separado.

Fevereiro

02 | Notícia do *Público* refere que a administração da RTP ainda não dirigiu convites para a Direcção de Informação, um dia depois de a TVI ter anunciado, através de comunicado, que José Alberto Carvalho e Judite de Sousa aceitaram as propostas de integração no canal. Outras possibilidades passariam por, segundo o jornal, por criar o cargo de director-geral com funções na informação e programação da RTP ou o regresso de Rodrigues dos Santos ou Nuno Santos.

03 | ERC dá razão à queixa do cónego Ferreira dos Santos contra o “Correio da Manhã”, pelas notícias que o implicavam numa situação de abuso de menores, e insta o jornal a observar os princípios éticos e legais que devem reger a sua actividade. O caso remonta a Abril, data em que o regulador recebeu uma queixa do reitor da Igreja da Lapa, no Porto, contra as notícias daquele periódico, publicadas a 29 e 30 de Março, nas quais “era apontado como se de um ‘abusador sexual’ se tratasse”, de acordo com as palavras da deliberação da ERC.

09 | Director de informação da SIC, Alcides Vieira, é ouvido na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura a pedido do grupo parlamentar do PS e mostra-se contra os critérios da ERC sobre o pluralismo político-partidário na televisão pois considera que originam um “conflito de interesses” entre o poder da regulação e a actividade jornalística.

09 | ERC divulga relatório sobre a cobertura jornalística da campanha eleitoral para as presidenciais, que teve por base a análise da cobertura televisiva e da imprensa escrita generalista de âmbito nacional entre 23 de Dezembro e 21 de Janeiro. As conclusões apontam para uma maior presença de Cavaco Silva, que, dos seis candidatos às presidenciais de Janeiro, foi o que mais presença teve nos jornais de âmbito nacional e nos principais telejornais dos quatro canais de

sinal aberto no mês anterior ao das eleições. Para Estrela Serrano, não há razões para uma intervenção regulatória.

17 | Fim dos cinco anos de mandato não renovável do primeiro Conselho Regulador da ERC. Não há ainda data para a substituição e os grupos parlamentares do PSD e do PSD também ainda não discutiram o tema, mantendo-se os membros em funções até nova nomeação. Os quatro nomes indicados carecem da aprovação de dois terços dos deputados, sendo o quinto elemento cooptado pelos membros eleitos.

21 | Secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, comunica, de acordo com notícias da Lusa, que vai ser apresentado na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, esta quarta-feira, um projecto para avaliação das competências da ERC. O objectivo é avaliar “o que correu bem e o que não correu, o que deve ser mudado” antes da nomeação dos membros do novo Conselho Regulador.

21 | Advogado da FCB&A, Rui Tabarra e Castro, defende que a ERC deve investigar a origem do dinheiro dos investimentos para o novo grupo de *media* liderado por Emídio Rangel e Rui Pedro Soares e inicia a assinatura de uma petição pública, que circula na internet, intitulada “Quem financia Rui Pedro Soares e Emídio Rangel?”.

22 | Conselho Regulador da ERC abre processo de averiguações ao diário “Correio da Manhã” por ter publicado imagens de um homem a ser morto na presença da filha menor sob o título “Engenheiro dispara com neta ao colo”. O director da publicação, Octávio Ribeiro, considera as imagens legítimas e acusa o regulador de “perseguição política”. Um dia depois, o advogado do alegado autor do homicídio anuncia um processo-crime contra os responsáveis de tal divulgação.

22 | Francisco Assis, líder parlamentar socialista, propõe, através de carta, uma reunião “urgente” com o PSD para a escolha dos nomes para as eleições para o Conselho Regulador da ERC. Esta proposta surge horas depois de o secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, ter anunciado um projecto de resolução com vista a proceder a uma avaliação às competências da ERC, ainda que tal implique o adiamento da eleição dos novos membros.

22 | ERC decide abrir um processo de averiguações ao Correio da Manhã por ter publicado imagens que mostram um homem a ser morto na presença da sua filha menor. Em comunicado, a ERC assinala que, “considerando o carácter profundamente chocante dessas imagens, que podem contender com direitos fundamentais”, o Conselho Regulador deliberou “abrir um processo de averiguações tendo por objecto os referidos conteúdos”.

23 | PSD entrega requerimento à Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura a solicitar sete audições, entre as quais estão as do presidente da ERC, Azeredo Lopes, e do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, para proceder a um balanço da actividade da ERC, admitindo alterações ao seu funcionamento.

23 | Durante a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, pressiona uma resolução “tão breve quanto possível” da eleição do Conselho Regulador da ERC, prevista para dia 11 de Março. Esta eleição pode ser adiada devido a uma proposta do PSD para realizar audições com o objectivo de avaliar as competências e funcionamento, ao longo dos cinco anos, do organismo regulador.

23 | Miguel Macedo, líder parlamentar do PSD, insiste na “avaliação” ao mandato do primeiro Conselho Regulador da ERC antes da eleição dos seus novos membros. Por seu turno, Inês de Medeiros, vice-presidente da bancada do PS, defende que tal não impede que se avance para a eleição. Questionado pelos jornalistas, Miguel Macedo não esclareceu se o partido vai apresentar algum nome até dia 11 de Março para eleição em plenário.

24 | PS e PSD não vão cumprir o prazo para a eleição dos membros do Conselho Regulador da ERC, depois do alerta do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. Os nomes a indicar pelos partidos deveriam ser dados a conhecer no dia 11 de Março. As audições pedidas pelo PSD para avaliação da *performance* da ERC nos primeiros cinco anos de actividade e o requisito de ouvir os candidatos antes da eleição atrasam ainda mais o processo.

Março

02 | Aprovado na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura o requerimento do PSD para ouvir representantes de operadores de televisão e entidades do sector dos *media* sobre a ERC e o balanço dos seus primeiros cinco anos de actividade, o que adia a constituição do novo Conselho Regulador, cujo mandato dos actuais membros terminou em Fevereiro. As eleições para a escolha dos novos membros estavam marcadas na Assembleia da República para 11 de Março mas já não poderão decorrer devido à obrigatoriedade legal de concluir estas audições e ouvir os candidatos propostos pelo PS e PSD.

02 | Comissão Parlamentar de Ética debate o projecto apresentado pelo PSD para avaliar as competências da ERC, no âmbito do qual estão previstas audições como as do Presidente do regulador, Azeredo Lopes e o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia.

09 | Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa (API), João Palmeiro, mostra-se favorável a uma “convergência” entre a actividade da ERC e da ANACOM e acrescenta, relativamente à actividade da ERC, que a considera “muito deficiente neste primeiro mandato”.

09 | Conselho de Redacção da RTP aprova a nomeação de Nuno Santos para o cargo de director de Informação, que necessita do parecer vinculativo da ERC.

16 | Na audição da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura dedicada à análise dos cinco anos de mandato do Conselho Regulador da ERC, Francisco Pinto Balsemão entrega aos deputados as suas propostas para a revisão dos estatutos do organismo regulador dos *media*, cujos poderes e carga política da nomeação dos membros quer ver diminuídos. Considera ter havido uma evolução no seu desempenho ao longo dos anos embora pense que “entrou com uma fúria reguladora tremenda”.

23 | Guilherme Costa, presidente da RTP, ouvido na Comissão Parlamentar de Ética, diz defender a existência de um organismo regulador como a ERC e faz um balanço da sua actividade, na qual encontra um “saldo positivo”. Quanto à sua esfera de actuação, defende que “deve ser mais claramente limitada e reduzida na sua ambição”. Esta audição vem na sequência de um requerimento apresentado pelo BE, devido a remunerações de alguns profissionais da empresa, e pelo PSD, no âmbito das audições convocadas para apreciação das competências da ERC.

23 | Conselho Regulador da ERC dá parecer positivo, por unanimidade, à nomeação de Nuno Santos para a Direcção de Informação da RTP. O jornalista começará amanhã a formar a equipa.

25 | No decorrer do Congresso Nacional de “Literacia, *Media* e Cidadania”, a decorrer nos dias 25 e 26 na Universidade do Minho, em Braga, é apresentado um estudo sobre as iniciativas de educação para os *media* em Portugal que foi preparado para a ERC.

28 | Numa declaração escrita à Agência Lusa, Emídio Rangel assegura que mantém os esforços para criar um núcleo de *media* capaz de “capaz de ter intervenção na imprensa, rádio e mais tarde na televisão”.

30 | Jaime Fernandes, responsável pelo projecto RTP Música, confirma que foi convidado para assumir a direcção dos canais RTP África e RTP Internacional, ficando a faltar o parecer, vinculativo, da ERC relativamente à sua nomeação.

Abril

01 | Conselho Regulador da ERC decide instaurar processo contra a SIC Radical por violação dos limites legais à liberdade de programação no programa do humorista Rui Sinel de Cordes, transmitido nos passados dias 24 e 25 de Dezembro. Em nota enviada à Agência Lusa, os motivos assinalados são os de referências às vítimas de pedofilia da Casa Pia e a crianças com síndrome de Down, de emissão de “conteúdos de violência física e psicológica”, “referências discursivas à sexualidade”, uma “linguagem grosseira”, que não deviam ser transmitidos em época natalícia, “momento associado a um conjunto de valores sociais e religiosos daquela quadra festiva”.

11 | Publicação em Diário da República da nova Lei da Televisão (n.º 8/2011, de 11 de Abril), que inclui a transposição da directiva europeia em Portugal, depois de ter sido aprovada pelo Parlamento em Fevereiro, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD e do CDS-PP e os votos contra do PCP, o BE e o PEV.

12 | ERC recebe uma queixa de um particular contra a Benfica TV a propósito da acusação do FC Porto a um comentador de “desejar a morte” ao presidente portista.

13 | Notícias do Público avançam que a agência Lusa tenciona apresentar uma queixa na ERC a propósito da demissão da jornalista Sofia Branco do cargo de editora da noite da agência por se ter recusado a editar uma notícia sobre a reacção de José Sócrates a críticas do presidente do grupo Jerónimo Martins, a 18 de Fevereiro passado.

20 | ERC emite comunicado, dirigido aos “órgãos de comunicação social dos sectores da imprensa, rádio e televisão, de âmbito nacional, regional e local, os respectivos sítios na Internet e os jornais digitais”, que determina igual tempo de antena em debates e entrevista para todos os candidatos às legislativas de 5 de Junho, numa altura em que as televisões acordaram debates apenas com os partidos com assento parlamentar.

25 | Num seminário organizado pelo Centro de Formação de Jornalistas de Angola, Azeredo Lopes defende que as figuras públicas devem aceitar uma “relativa compressão do seu direito de reserva” e adiantou que se deve ter em atenção que “aquilo que é do interesse do público não é forçosamente de interesse público”.

27 | Apresentação do programa eleitoral do PS pretende introduzir alterações no sector dos *media* e adaptá-lo ao “novo contexto tecnológico e empresarial” em quatro vertentes: conclusão do processo de implementação da TDT, assegurar o funcionamento do serviço público de rádio e de televisão, apontar para a “orientação do sistema de incentivos directos do Estado para a promoção de projectos inovadores” na área e para a “progressiva articulação da ERC com as suas congéneres das comunicações e da concorrência”.

28 | ERC recebe pedido de revogação das alterações, conferidas em Janeiro, relativas ao projecto e à propriedade da Rádio Europa Lisboa, que era detida pela Sociedade Franco-Portuguesa de Comunicação e passaria a integrar o projecto de rádio informativa da Dream Rádio, a cargo de Emídio Rangel, Jorge Schnitzer e Zélia Fernandes.

Maio

02 | Notícias do Público dão conta da intenção do Movimento Esperança Portugal (MEP) de interpor uma providência cautelar com vista ao impedimento da realização dos debates televisivos entre os líderes dos partidos com início a 6 de Maio, um modelo que exclui os partidos sem assento parlamentar.

05 | RTP, SIC e TVI anunciam debates e entrevistas que envolvem todos os partidos candidatos às legislativas de 5 de Junho, incluindo aqueles que não têm assento parlamentar. O acordo foi consensual entre os directores de informação dos canais televisivos, cuja responsabilidade foi realçada pela ERC, através de aviso com carácter vinculativo.

11 | Acordo de co-regulação para a classificação de publicações periódicas assinado pela ERC, a Associação Portuguesa de Imprensa (API) e o Sindicato dos Jornalistas. Será criada uma Comissão de Classificação, constituída por seis membros, dois de cada entidade, que actuarão em caso de “oposição expressa” do SJ ou da API à classificação levada a cabo pela ERC, que decorre de um acto de registo solicitado pelo interessado ou de iniciativa oficiosa do regulador. Os protagonistas do acordo reagem com entusiasmo à iniciativa e o Presidente do Conselho Regulador da ERC atenta para a “importância simbólica do momento” e para a necessidade de promover parcerias de co-regulação em áreas como a do direito de resposta.

11 | Notícias do Jornal de Notícias e do Público citam as palavras de Azeredo Lopes relativamente ao acordo das televisões (RTP, SIC e TVI) de debates e entrevistas com pequenos partidos. De acordo com comunicado das televisões na semana anterior, a opção de “realizar sete entrevistas com representantes dos sete partidos que concorrem a um número significativo de círculos eleitorais nas eleições de 5 de Junho” poderá, para o presidente do Conselho Regulador da ERC, ainda não ser a solução ideal mas significa que o acordo “foi mais longe do que nunca”.

11 | De acordo com publicações do Jornal de Notícias, a ERC e a RTP têm recebido várias queixas e contestações a propósito do programa de humor “Último a sair”, da autoria de Bruno Nogueira, com base em argumentos de inadequação de conteúdos e de correspondência com o conceito de serviço público.

16 | Sindicato dos Jornalistas emite comunicado no qual revela preocupação relativamente à anunciada fusão das secções de Economia do “Jornal de Notícias” e do “Diário de Notícias” numa estrutura que produziria conteúdos de informação económica para o grupo Global Notícias, detido pela Controlinveste. Os “sérios problemas” que entende acarretar estão na base de um pedido de apreciação das consequências desta operação à ERC.

19 | O Partido Portugal pró Vida (PPV) anuncia que vai apresentar uma queixa à ERC e à Comissão Nacional de Eleições (CNE) por não ter sido convidado para o debate entre os pequenos partidos candidatos às legislativas, realizado ontem na estação pública. O PPV concorre às eleições de 5 de Julho por doze círculos eleitorais e questiona a sua exclusão com base no anúncio da RTP, no início do debate, de que os participantes eram, conforme o aval da ERC, candidatos a quinze ou mais círculos eleitorais.

20 | Bloco de Esquerda pede esclarecimentos à ERC sobre o acompanhamento do regulador aos suportes de comunicação detidos pelo Governo. Este pedido surge a propósito da publicação do programa eleitoral do PS no blogue do Ministério da Cultura e subseqüentes críticas do BE de propaganda eleitoral. A ministra que tutela o sector, Gabriela Canavilhas, reagiu por escrito num texto publicado no mesmo blogue, defendendo que o “Ministério da Cultura, tal como os restantes organismos governamentais de decisão política, não é partidário nem independente na concepção ideológica da sua estratégia política”.

Junho

03 | Num discurso na sessão de abertura do colóquio “Justiça e Comunicação”, na Universidade de Coimbra, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Noronha Nascimento, defende a criação de uma entidade reguladora “verdadeiramente independente, de composição paritária” e com “poderes disciplinares efectivos” para a regulação da comunicação social.

17 | RTP emite um comunicado no qual anuncia a saída de José Fragoso da estação pública, que irá ocupar o cargo de director-geral de conteúdos da TVI. Notícias do Público avançam que o texto indica a substituição de José Fragoso, no cargo de director de programas, por Hugo Andrade, que actualmente ocupa o cargo de director da RTP Memória. O nome terá ainda de ser aprovado pela ERC.

20 | ERC condena o “Correio da Manhã” e a TVI devido à transmissão de imagens, no dia 21 de Fevereiro, de um homicídio levado a cabo por um homem na presença da filha menor. O jornal terá que incluir numa das primeiras cinco páginas da publicação a recomendação na qual consta a crítica do regulador e a TVI verá aberto um processo contra-ordenacional. Para Azeredo Lopes, estas diferenças decorrem da aplicação da Lei de Imprensa e da Lei da Televisão.

21 | Conselho Regulador da ERC autoriza a alteração de controlo do operador Sociedade Franco Portuguesa de Comunicação. O serviço de programas designado “Rádio Europa Lisboa” passa a ser detido pela Lusocanal de Luís Montez, proprietário de estações como a Radar, Rádio Amália ou Sudoeste FM. Esta decisão surge depois de terem falhado as negociações entre a Sociedade e a Dream Rádio, de Emídio Rangel, Jorge Schnitzer e Zélia Fernandes, que pretendiam transformar a estação numa estação informativa.

24 | Publicação, em Diário da República, do diploma que cria um tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão em matéria de recurso, revisão e execução das decisões ou despachos em processos de contra-ordenação legalmente impugnáveis como os da ERC ou da AdC.

28 | ERC aprova o nome de Hugo Andrade para director de programas da RTP, que era responsável pela RTP Memória e substitui José Fragoso, que se demitiu para integrar a TVI.

Julho

02 | Em entrevista ao *Expresso*, Azeredo Lopes defende que uma possível privatização da RTP resultaria na concorrência pela sobrevivência dos operadores privados, elogiando o seu desempenho desde 2002 e sustentando a sua manutenção em tempos de crise económica e social.

06 | Conselho regulador da ERC dá razão a José Diogo Quintela a propósito de uma queixa que apresentou contra *A Bola* por considerar que o director do jornal desportivo cortou uma crónica sua datada de 7 de Novembro de 2010. O caso surgiu da troca de acusações entre os cronistas Miguel Sousa Tavares e José Diogo Quintela e Ricardo Araújo Pereira, que assumiam as suas divergências clubísticas nos textos e, em particular, de o director do jornal ter cortado a parte do texto do queixoso que respondia ao que Miguel Sousa Tavares escrevera a 2 de Novembro de 2010 declarando-se “farto de viver [...] com dois rafeiros ataçados às canelas, dois censores encartados” e que resultou na saída dos humoristas do periódico.

06 | Numa conferência organizada pelo Sindicato dos Jornalistas subordinada ao tema da defesa dos serviços públicos de rádio, televisão e de agência noticiosa num Estado democrático, Estrela Serrano sustenta que devem oferecer “inovação, excelência e risco” a um “custo razoável” para os cidadãos. Relativamente à televisão, acrescenta que deve ter um “catálogo de obrigações”, no qual inclui características como as de “cobertura universal” e “diversidade e qualidade de programação”. O evento juntou profissionais dos *media* e representantes dos partidos de esquerda e visava debater a questão da privatização de canais de rádio e televisão da RTP e da alienação da participação do Estado na Agência Lusa, medidas mencionadas no programa do Governo.

08 | De acordo com os resultados da monitorização e análise da cobertura jornalística da representação dos partidos na comunicação social na campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas, conduzidos pela ERC, o PSD foi o partido mais representado. Os dados baseiam-se no universo de peças informativas que integraram presenças dos partidos “associadas em algum momento ao contexto das eleições legislativas”, não sendo ainda conhecidos os números relativos à “participação de candidatos a eleições em debates, entrevistas, comentários e outros espaços de opinião nos diversos órgãos de comunicação social”.

12 | Henrique Raposo escreve, no seu comentário no jornal Expresso, que a ERC devia ser extinta e que este acto “devia ser sempre um acto político e de defesa do espaço público”, acrescentando que a considera uma “organização imprópria para uma sociedade aberta”. E argumenta: “Para extinguir a ERC, não é preciso falar do pequeno exército de funcionários que o senhor Azeredo já arregimentou para o funcionamento de tão excelsa organização. Nem é preciso olhar para o desrespeito de Azeredo em relação ao Tribunal de Contas. Basta olhar para os 7200 euros do distinto e mui útil Azeredo Lopes”.

12 | Fernando Paula Brito, chefe da delegação da Lusa em Bruxelas é o novo director de informação indigitado da agência noticiosa e sucede a Luís Miguel Viana, que hoje anunciou a sua saída da empresa. A nomeação carece ainda do parecer do Conselho Regulador da ERC.

19 | Deliberação do Conselho Regulador da ERC reprova a conduta da Benfica TV, a propósito das acusações de um comentador contra o presidente do FCPorto. O regulador relembra episódios anteriores e considera que o operador deve ser cauteloso e “evitar situações de incitamento à violência e ódio clubístico”. Em Abril, o director de comunicação do Benfica tinha afirmado não ver razões para uma intervenção da ERC perante uma queixa de um particular contra este caso.

20 | ERC dá parecer positivo ao nome de Fernando Paula Brito para a direcção da Agência Lusa.

Agosto

05 | PSD apresenta requerimento para que se realizem audições ao Presidente do Conselho Regulador da ERC, ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas, ao director de informação da TVI e ao constitucionalista Vital Moreira. O objectivo é que se termine a ronda de audições já iniciada na anterior legislatura, na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, acerca do mandato do primeiro Conselho e do modelo de regulação dos *media*.

30 | Na Comissão de Ética, Cidadania e Comunicação, Miguel Relvas assegura que até ao final do ano se concluirá o processo de audições requerido pelo PSD para se “avançar para um novo ciclo da ERC”.

Setembro

01 | Conselho Regulador da ERC considera, segundo nota enviada às redacções, que a confirmar-se a espionagem ao telemóvel do jornalista Nuno Simas, “qualquer que seja a forma que tenha assumido, representa um grave atentado à liberdade de imprensa e aos direitos dos jornalistas”. O caso foi noticiado no passado dia 27 pelo jornal Expresso, que revelava que o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) “espiou” o telemóvel do actual director-adjunto da Lusa, na altura no jornal Público, para “descobrir as eventuais fontes”, tendo tido acesso à factura detalhada das chamadas e das mensagens. O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e a Procuradoria-Geral da República (PGR) anunciaram a abertura de inquéritos ao caso.

16 | Azeredo Lopes ouvido na Comissão Parlamentar de Ética, Cidadania e Comunicação, sobre a actuação do organismo durante os cinco anos de mandato. O Presidente do Conselho Regulador da ERC defendeu a substituição parcelar dos membros da entidade pois considera que este seria um processo “simples” que facilitaria a “continuidade institucional” do regulador dos *media*. Numa nota introdutória, Azeredo Lopes traçou um “balanço positivo” do mandato e sobre as vozes contrárias disse: “Quem lê o Facebook vê que há aí uma guerra. Neste caso é comigo”.

16 | Audição do director de informação da TVI na Comissão Parlamentar de Ética, Cidadania e Comunicação sobre o primeiro mandato da ERC. Durante a sessão, José Alberto Carvalho criticou a actuação do regulador e considerou “essencial que a ERC não fosse tantas vezes protagonista das notícias dos media”. Embora admita uma evolução relativamente à Alta Autoridade, pensa que se passou para uma “regulação mais técnica, ainda que de algum modo mais politizada” e que discorda do actual modelo.

21 | Eleição dos novos elementos do Conselho Regulador da ERC adiada para o próximo dia 14 de Outubro. O prazo para a entrega da lista única de quatro candidatos, a propor pelo PS e pelo PSD, terminava amanhã mas ainda não há consenso, o que resultou num adiamento decidido na Assembleia da República, em conferência de líderes. A lista única de candidatos terá que ser entregue na comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação até 29 de Setembro, para que se procedam às audições no Parlamento e à posterior votação dos candidatos.

23 | ERC abre processo de averiguações ao Sol e à RTP1 pela divulgação da imagem do corpo de Rosalina Ribeiro. Sob o título “O Corpo do delito”, o jornal publicou a fotografia e a RTP1 difundiu imagens da mesma. Em reacção a esta decisão, o director do jornal, José António Saraiva, diz que a ERC se tem “caracterizado pelo disparate total em relação ao Sol” e que os jornais “servem para informar e não esconder a realidade”, considerando a imagem um “documento fantástico” que “prova as circunstâncias da morte”. Nuno Santos, director de informação da RTP, diz aguardar de “consciência tranquila”.

29 | Lista dos nomes propostos pelo PS e pelo PSD para o novo Conselho Regulador da ERC devia ser entregue até às 15h de hoje na Comissão Parlamentar de Ética, Cidadania e Comunicação. A falta de concordância entre os partidos leva a novo adiamento. Segundo notícias do Público, o cerne da questão estará no nome de Carlos Magno que os social-democratas querem para a presidência do órgão. A deputada e vice-presidente da bancada do PSD, Francisca Almeida, que integra aquela comissão, garante que está a ser “consensualizada” uma lista e que o atraso da sua entrega não vai comprometer a realização das eleições marcadas para 14 de Outubro.

30 | A propósito da data de 4 de Outubro para entrega da lista de nomes que o PS e o PSD devem propor para o Conselho Regulador da ERC, Luís Montenegro, líder parlamentar do PSD, garantiu, em declarações ao Diário Económico, que “o assunto não se arrastará além dessa data”. De acordo com o Diário Económico, Carlos Zorrinho, líder parlamentar do PS, foi contactado e confirmou que os partidos ainda não chegaram a acordo mas “não há pressa”.

Outubro

04 | PS e o PSD não entregam lista única dos nomes que o devem propor para o Conselho Regulador da ERC na data prevista. De acordo com a Agência Lusa, “fonte conhecedora do processo” admite novo adiamento.

06 | Notícias do Jornal de Negócios avançam que o PS e o PSD vão hoje chegar a acordo quanto aos nomes a propor para o Conselho Regulador da ERC, com base em informações de fonte oficial do grupo parlamentar do PS. A mesma publicação refere ter apurado que a iniciativa de solicitar adiamento para a entrega da lista única veio do PS por discordância quanto ao quinto elemento do Conselho e avança que o nome apontado para a presidência terá sido o de Carlos Magno, que inclusivamente terá sido convidado para o cargo. O jornal Público adianta que este desacordo nunca terá sido assumido publicamente dentro do PS e que o líder parlamentar socialista, Carlos Zorrinho, dizia que o problema estava antes na “filosofia global” para o regulador e a comunicação social.

09 | Público escreve perfil de Carlos Magno e reforça a não consensualidade que o nome reunirá para a Presidência da ERC citando Sebastião Lima Rego, membro da AACS entre 1997 e 2006, que diz que se assiste “de uma forma desbragada, à violação da lei quando o nome do futuro presidente é conhecido antes de serem eleitos os seus presumíveis quatro eleitores” e que esta “não é nem de perto nem de longe aquela figura conceituada e prestigiada que é suposto ser seleccionada para presidente da ERC”. No perfil, pode ainda ler-se: “Magno é favorável à privatização do canal público de televisão e há quem garanta que foi por essa razão que o primeiro-ministro o sondou para o cargo. Revela que nunca interpretou a abordagem de Pedro Passos Coelho como um convite para o cargo, mas antes como um contributo teórico para o ajudar a pensar o que pode ser a ERC nos dias de hoje”.

12 | Em audiência na Assembleia da República, o presidente do Conselho Regulador em cessação de funções, Azeredo Lopes, afirma que se assiste “ao regresso a um sistema feudal” no que respeita à remuneração da classe jornalística e adianta que a situação actual do mercado mediático é favorável à contenção de custos e aos despedimentos, resultando numa “efectiva diminuição liberdade de imprensa”.

12 | Audições, na Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, dos candidatos à ERC Rui Gomes e Arons de Carvalho, indicados pelo PS, e Luísa Roseira e Raquel Alexandra, propostas pelo PSD. Arons de Carvalho refere que a ERC “deve estimular a auto-regulação mas sobretudo defender a liberdade de expressão” tendo como “prioridade máxima melhorar a pedagogia” do regulador e pensa que o “grande desafio” será a implementação da Televisão Digital Terrestre. Luísa Roseira revela-se “mais defensora da co-regulação do que da auto-regulação”. O nome de Carlos Magno para a presidência da ERC esteve no centro da discussão, tendo os candidatos negado que tenham sido mandatados a cooptar o jornalista para o cargo embora o nome

fosse consensual. Após a eleição dos membros, estes devem cooptar o quinto elemento.

14 | Eleição dos novos membros para o Conselho Regulador na ERC: aprovação das candidaturas de Rui Gomes, Luísa Roseira, Arons de Carvalho e Raquel Alexandra na Assembleia da República, com 144 votos, de um total de 213 deputados.

16 | Notícia do Correio da Manhã dá conta do aumento do salário médio dos colaboradores da ERC em 700 Euros com base em dados cedidos pelo gabinete do Conselho Regulador, escrevendo que, em 2007, o ordenado médio dos 52 funcionários era de 1400 euros e, em 2010, a média anual de salários era de 2100 euros brutos.

21 | Comunicado do Conselho Regulador da ERC sobre a divulgação dos vídeos da captura do líder líbio Khadafi indica que as imagens podem ser justificadas pelo seu interesse público e jornalístico mas ressalva que a repetição das mais chocantes merece “reparo”, endereçando ainda um “juízo positivo” à decisão de órgãos como a Visão, o Expresso, o Diário de Notícias e o Correio da Manhã de colocarem um aviso antes da exibição das imagens.

28 | De acordo com notícias da Lusa, Raquel Alexandra, membro do Conselho Regulador da ERC, anuncia que Carlos Magno foi cooptado como quinto elemento para o órgão por unanimidade entre os quatro membros. Quanto à forma sobre a qual se formularam as manifestações de vontade, Raquel Alexandra admite que um dos membros o fez por e-mail mas garante que “foram cumpridas todas as regras formais”. Notícia do Correio da Manhã refere que Carlos Magno questionou se a decisão tinha sido “tomada por livre e espontânea vontade de cada um” quando foi contactado via telefone para perguntarem se aceitava, tendo acrescentado ser “uma honra” e tratar-se de “uma grande equipa”. A mesma fonte remata com as palavras do jornalista a garantir que não colaborará, de ora em diante, com “mais nenhum órgão de comunicação social” e não tem blogue.

Novembro

09 | Cerimónia da tomada de posse do novo Conselho Regulador da ERC. A Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, frisou que esta é uma “comissão plural” que indica um “directivo de imparcialidade”. Carlos Magno, durante o discurso como Presidente do organismo, referiu que a equipa pretende “inspirar confiança” e que o regulador “trazer consensos” fazendo ainda várias referências à importância do trabalho com enfoque na língua portuguesa.

14 | Arons de Carvalho, actual membro do Conselho Regulador da ERC, refere que o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho encarregue de definir o conceito de serviço público de comunicação social demonstra “falta de conhecimento” e apresenta uma concepção distinta da da Europa. Quanto à recomendação de extinguir a ERC, diz referir uma posição pessoal e considera que “ignora a existência de entidades reguladoras na Europa e nos Estados Unidos”. O documento foi hoje entregue ao ministro Miguel Relvas pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo economista João Duque, que defende a extinção da ERC para dar lugar à auto-regulação e à resolução de conflitos nos tribunais.

15 | Azeredo Lopes, ex-presidente do Conselho Regulador da ERC, diz que a proposta de extinção da ERC do grupo de trabalho para a definição do conceito de serviço público dos *media* é uma “questão pessoal”. Adianta que detecta o “dedo principal de duas pessoas na redacção das conclusões” e salienta “o aspecto curioso” de dois dos membros do grupo terem defendido a “urgência da criação de um regulador de audiovisual com amplos poderes de fiscalização e sancionatórios”, referindo-se, de acordo com as notícias, a Eduardo Cintra Torres e José Manuel Fernandes.

22 | A Associação de Telespectadores manifesta “profunda discordância” com o relatório do Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social, encomendado pelo Governo. Em comunicado, a Associação refere que “um dos pontos fortes do serviço público de televisão deve ser justamente a informação” e a mesma deve “ter um estilo próprio que traduza a identidade do canal público RTP, necessariamente diferente da dos canais privados”.